

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

**MANAUS
2018**

DIOGO MAXWELL TAVARES DOS SANTOS

A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade do Estado do Amazonas para obtenção do título de licenciado em Pedagogia sob a orientação da Prof^a Me. Maria Quitéria Afonso Menezes.

**MANAUS
2018**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S237c Santos, Diogo Maxwell Tavares dos
A construção dos sujeitos na modalidade de educação de
jovens e adultos / Diogo Maxwell Tavares dos Santos.
Manaus : [s.n], 2018.
42 f.: il.; 30 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.
Inclui bibliografia
Orientador: Menezes, Maria Quitéria Afonso Menezes

1. Autonomia. 2. Emancipação. 3. Sujeitos da
educação de jovens e adultos. I. Menezes, Maria Quitéria
Afonso Menezes (Orient.). II. Universidade do Estado do
Amazonas. III. A construção dos sujeitos na modalidade de
educação de jovens e adultos

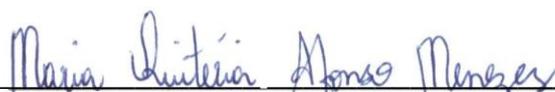
DIOGO MAXWELL TAVARES DOS SANTOS

A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovação em: 05 de novembro de 2018

Banca Examinadora:



Prof.a. MSc. Maria Quitéria Afonso Menezes
Orientador(a)



Prof. Dr. Emerson Sandro Silva Saraiva
Membro da Banca



Prof.a. MSc. Cristina Carvalho de Araújo
Membro da Banca

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender como se dá a construção dos sujeitos da EJA numa escola estadual da zona norte de Manaus. Possui um breve histórico da EJA no Brasil. O intuito desse primeiro tópico foi observar os sujeitos nos seus avanços e retrocessos, porque para entendermos o papel da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e os sujeitos, é necessário situá-los no tempo e no espaço. Essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa descritiva, com uma pesquisa bibliográfica e de campo. Os sujeitos da pesquisa são educadores e educandos da turma do 1º segmento da EJA. Na coleta de dados foi utilizado fontes primarias e secundarias de coletas de dados como a observação participante, outra forma de coleta de dados foi os bibliográficos em que se buscou diferentes fontes como artigos, livros e documentos da escola pesquisada como PPP (Projeto Político Pedagógico) e Relatório de estagio III para poder ter um arcabouço teórico bem fundamentado sobre o tema pesquisado. Esses conteúdos foram embasados por teóricos como Paulo Freire (2011), Paulo Freire (1989), Paulo Freire (1987), Gadotti e Romão (2003), Haddad e Di Pierro (2000), Souza (2011), Sampaio e Almeida (2009) na metodologia do 2 capítulo foram usados os autores Lakatos e Marconi (2007), Minayo et al (2002) e Fazenda et al (2000). Constatou-se neste estudo que a Educação de Jovens e adultos é uma modalidade que se caracteriza por uma educação compensatória e emergencial tendo como base para essa ótica o contexto educacional brasileiro. Os sujeitos dessa modalidade são pessoas que vivem à margem da sociedade em relação a políticas públicas, porque as observações e pesquisas bibliográficas denotaram uma fragilidade social que com uma bagagem cultural não voltada para a cultural aceita, os excluem. Os professores nesta dimensão são também vítimas do próprio modelo educacional existente, na medida em, que é cerceado de ter um envolvimento mais profundo com os educandos, a comunidade em geral, em decorrências dos planos educacionais mirabolantes do Estado que visa unicamente números e um produto criado a parti de uma lógica de mercado. Essa pesquisa se mostra com um olhar nos sujeitos que estão dentro desse modelo de educação.

Palavras-Chave: Sujeitos da educação de jovens e adultos; Autonomia; Emancipação.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	3
2.CAPITULO I.....	5
2.1 Breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	5
2.2 Do Militarismo a Nova Republica.....	12
2.3 Dos anos 90 ao Seculo XXI.....	15
2.4 A alfabetização e suas concepções: A busca por emancipação na EJA.....	18
2.5 A EJA como um ato político pedagógico.....	21
3.CAPITULO II.....	22
3.1 Procedimentos metodológicos.....	22
4.CAPITULO III.....	24
4.1 Uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos numa escola estadual na zona norte de Manaus.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	38

1.INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma dimensão pouco observada, porque apesar dos estudos a respeito dessa modalidade não se busca focar nos personagens e nos seus anseios. Ao olharmos o conteúdo humano é fácil denotar as características dessa modalidade de ensino, o desafio histórico que a educação pública no Brasil enfrenta, a realidade social do país e as contradições que geram a busca pela EJA.

Não importa como as propagandas denotem o trabalhador, o aposentado, os jovens e adolescentes empregados ou em busca de emprego, pessoas com necessidades especiais como sendo atendidas pelo sistema educacional regular e alfabetizados pelo Estado. A educação para esses sujeitos foi um direito negado, excluído historicamente e sua autonomia foi quase que completamente suprimida por propagandas que taxaram essas pessoas como culpadas por sua “inabilidade” em aprender e por este motivo, muitos foram “deixados de lado”. Vivemos em um mundo desigual e repleto de injustiças sociais, que muitas vezes é mascarado por programas “mágicos” de governos, de integração irreais.

Devemos ter consciência que a educação de jovens e adultos é um direito social, histórico, intelectual de formação humana que tem grande importância para a construção de uma sociedade forte que se julga no direito de sonhar com um futuro melhor para toda a população. Conforme GADOTII; ROMAO (2003, p.55): “Ela não pode ser colocada paralelamente ao sistema, nem como forma compensatória, nem como forma complementar, mas como modalidade de ensino voltado para uma clientela específica”. Essa concepção não está distanciada do social, cultural e econômico, porque tudo está interligado e essas conexões são sustentadas por um contexto dos quais todos fazemos parte.

Acredito que a EJA tem um papel social, cultural e, acima de tudo, é uma modalidade focada numa camada social esquecida pela sociedade dominante e até mesmo, a dominada. Neste sentido, a EJA em seu nível de abstração, de adaptação, de intimidação, de valorização, de divisor de águas, de criticidade, pode ser oportuno na busca de um novo caminho e novas esperanças, para quem já havia desistido da educação como “chave” para a liberdade de uma clausura de estrato social.

A EJA pode se tornar uma ferramenta que faz parte da vida e da formação da autonomia de jovens que se perderam na sua baixa autoestima, nos seus processos de vida interrompidos por motivos sociais, econômicos, políticos e culturais. Assim, como afirma Freire (2011, p.58): “O respeito a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.”

Diante disto, esta pesquisa se justifica pelo valor acadêmico, político, social que irá, em parte, estimular os sujeitos a se verem dentro deste mundo irreal que muitas vezes está “mascarado” por uma ótica de viés de aceitação que existe educação para todos. Como por exemplo, que não existe injustiças sociais, que a culpa do analfabetismo é do analfabeto, que os jovens não veem perspectivas nas suas vidas porque não abraçam as oportunidades postas para todos. O jovem ao alcançar sua autonomia pedagógica e política por meio do estudo sistematizado escolar percebe sua liberdade e passa a realmente tomar decisões em sua vida e ser autor de sua história.

Outra relevância da pesquisa se dá para as comunidades em torno da escola que desconhece essa modalidade de ensino e a julgam com critérios da ignorância, ou seja, adquirem estereótipos criados pelo meio científico, educacional, por grupos sociais de direita e pelo poder midiático que agride os educandos da EJA, com alegações que essa modalidade é direcionada a pessoas “burras”, “preguiçosas”, “velhas”, “doentes mentais”. Cria-se, portanto, uma falsa imagem, uma aversão dessa modalidade de ensino, um preconceito, e desta forma, afastando por via de pressão social quem mais precisa e deseja um “lugar ao sol”.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho de conclusão de curso é compreender o processo de construção dos sujeitos na modalidade de educação de jovens e adultos tendo como objetivos específicos: 1- Como se dá a construção da autonomia e se alcança a emancipação pessoal através da educação de jovens e adultos; 2- Identificar os desafios atuais que essa modalidade de educação de jovens e adultos enfrenta em relação aos sujeitos (alunos); 3- Conhecer as contradições sociais que propiciam a busca pela educação de jovens e adultos; 4- Analisar como a educação de jovens e adultos propicia a condição para o estabelecimento da autonomia e superação da condição de exclusão econômica e social.

No embasamento teórico foram utilizados autores como Paulo Freire (1987; 1989; 2011); Gadotti e Romão (2003), Haddad e Di Pierro (2000), Projeto Político Pedagógico

da escola (PPP, 2016); Relatório de Estágio Supervisionado III (2016); Souza (2011), Sampaio e Almeida (2009); Lakatos e Marconi (2007); Minayo et. al (2002) e Fazenda et. al (2000).

É importante destacar que Freire mostrou que é possível educar sem agredir a “bagagem cultural” daquelas pessoas que perderam o tempo da idade certa em sala de aula. Muitos dos seus projetos educacionais repercutiram mundialmente. Através de sua história podemos descrever vários momentos que a educação vivenciou e de como foi se transformando até os dias de hoje. A sua educação politizada, “libertária” e crítica é um “bálsamo” para os educadores da nova geração.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo com uma abordagem qualitativa, e as técnicas utilizadas foram observação participante; as coletas de dados bibliográficos foram retiradas de variadas fontes com foco no tema da construção dos sujeitos da educação de jovens e adultos.

No capítulo I temos um breve histórico da EJA no Brasil com enfoque no Militarismo a Nova República; dos anos 1990 ao século XXI. Adentrando na alfabetização e suas concepções: a busca por emancipação na EJA, numa descrição e na tentativa em compreender a EJA como um ato político pedagógico.

No capítulo II temos a metodologia do trabalho de pesquisa, com a abordagem, os procedimentos utilizados e o tipo de pesquisa; no capítulo III apresentamos uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos numa escola estadual da zona norte de Manaus, em busca por conhecer os sujeitos da modalidade EJA.

2. CAPITULO I

2.1 Um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação brasileira se desenvolveu de modo precário no Brasil. Os seus antecedentes são provas históricas de que desde o período colônia a educação serviu apenas aos senhores, donos de escravos, e a nobres que se perfaziam nos seus cargos hereditários. Não se pode afirmar que a educação no período colonial foi algo organizado e com foco bem elaborado, pois naquele período o saber ler e escrever já satisfazia as “necessidades do mercado”.

A maioria da população não falava o idioma de Portugal, mas a necessidade dos colonizadores superava a sua discriminação pela civilização dita “atrasada do ponto de vista civilizatório”. Os jesuítas foram os primeiros a incluir no Brasil colonial uma educação “civilizatória” e religiosa, pois a Companhia de Jesus acreditava que os habitantes do Brasil colonial eram descendentes do “Jardim do Édem”.

Com isso os Jesuítas se focaram nos índios (adultos e crianças) para fazê-los ficar dóceis, e mais tarde, começaram a educar os senhores, donos de escravos. Cabe lembrar que os nativos brasileiros foram explorados e escravizados. É neste ambiente que a educação de jovens e adultos começou a dar seus “primeiros passos” na sua construção, porque tudo que envolve educação tem em suas raízes algum tipo de revolução. Aqui vemos que a educação não é algo gradual, e sim uma necessidade para se alcançar a emancipação ou liberdade que, com o passar dos tempos, foi se solidificando.

A ação de educar ocorreu primeiro através dos jesuítas que vieram ao Brasil pregar sua fé. A educação, que primeiramente teve um foco nos indígenas, e mais tarde foi estendida aos negros, que chegaram como escravos, e foi trabalhada de maneira fragmentada e pontual, quase sempre, para atender anseios da elite dominante.

A educação ofertada aos colonizadores e seus filhos, voltava-se para um processo mais sistemático e contínuo, por conta de ações futuras de domínio econômico e político. Os jesuítas transmitiam normas de comportamentos e os ofícios necessários à economia colonial, e isso durou até a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759.

O período colonial foi o início do que chamamos de educação formal brasileira se levarmos em conta as formas de governos criadas a partir dos povos europeus. O que não se é observado: a educação indígena brasileira que tinha sua promoção através da oralidade e nas malocas dos nativos. Em outras palavras, os habitantes que viviam antes da chegada dos portugueses, já tinham sua forma de governo, de passar sua cultura, seu misticismo, de se organizar e de toda uma rotina. Tudo foi reconstruído e “esmagado” por uma nova cultura que desejava dominar. A diferença entre as colônias Americanas do Norte e as da América do Sul é sua função: Uma colônia de exploração e a outra de povoamento.

Já no período imperial com fortes influências iluministas Europeias, a educação para os cidadãos teve um olhar evidenciado que se expressou na primeira constituição brasileira:

No campo dos direitos legais, a primeira Constituição brasileira, de 1824, firmou, sob forte influência europeia, a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, portanto também para os adultos. Pouco ou quase nada foi realizado neste sentido durante todo o período imperial, mas essa inspiração iluminista tornou-se semente e enraizou-se definitivamente na cultura jurídica, manifestando-se nas Constituições brasileiras posteriores. O direito que nasceu com a norma constitucional de 1824, estendendo a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal. A implantação de uma escola de qualidade para todos avançou lentamente ao longo da nossa história. É verdade, também, que tem sido interpretada como direito apenas para as crianças. (HADDAD; DI PIERRO, 2002, p.109)

O período imperial para a educação adulta e da criança foi um marco, já que se pode notar que existe uma grande barreira entre o que é e o que deveria ser. Uma destas barreiras, foi a falta de estrutura; e somente alguns cidadãos do império possuíam cidadania. Os negros, indígenas e grande parte das mulheres viam no governo imperial um agente excludente.

Um outro exemplo do desleixo e da boa vontade do período imperial é o ato adicional de 1834, que delegava a educação básica dos pobres às Províncias e outra, educação das elites, ao governo imperial. Quem teve menos verbas foi a educação do povo que, no geral, culminou num papel de educação herculana e precária.

Com pouca verba e estrutura advinda das Províncias para educar a população em sua maioria, teve como consequência a maior parte do povo analfabeta. Em resumo: “O pouco que foi realizado deveu-se aos esforços de algumas Províncias, tanto no ensino de jovens e adultos como na educação das crianças e adolescentes. ” (HADDAD; DI PIERRO, 2002, p.109).

Esse contexto discrimina bem que o adulto não alfabetizado é uma criança nas interpretações contemporâneas, mesmo que tenha toda uma “bagagem cultural”, por meio de seus saberes e culturas. A sua interação com os diferentes entes do Estado e reprodução do saber se limita à conversação entre seus pares, contribuindo para que se alienassem do seu mundo e fossem cerceados da produção cultural dominante.

Com isso o período Imperial e a Colônia têm em comum essa “briga” por poder e a compreensão de que quem pode ou não saber algo no campo do conhecimento sistematizado pode vir a ser perigoso, porque educação é poder e sempre foi um fator decisivo numa civilização.

Na Primeira República vemos o caráter discriminatório, logo de início com a constituição de 1891, em que o marco legal descentralizou a responsabilidade da educação das províncias e municípios. A união assumiu uma presença maior no ensino secundário e superior, em relação a sua atuação na ordem e promoção da educação no Brasil. O seu

papel é hilariante e encorajador de investimento de terceiros (Oligarquias regionais que dominavam a política e das províncias financeiramente fracas). Dessa forma, camadas sociais ficam marginalizadas e esquecidas pelo Estado.

As elites oligárquicas puderam cuidar dos seus e quem não pode investir na sua educação estava fadado a viver na subalternidade da vida no trabalho e fora dele. Ainda nesta mesma constituição, o direito ao voto foi negado para a população que não sabia ler e escrever; e esses excluídos, eram a maioria do povo naquele período da história.

A Primeira República teve várias mudanças em relação à educação popular, apesar da União não se manifestar em relação ao ensino elementar. Todos pareciam se preocupar com o ensino brasileiro e sua normatização. O problema principal é que nenhuma das medidas se tornava real por causa do orçamento baixo. Com isso, a educação de adultos e crianças continuava no mesmo patamar de vulnerabilidade e precarização.

Com a chegada da década de 1920, os movimentos em prol da educação se ampliaram para buscar uma educação de qualidade, melhoria das escolas, de execução de políticas pública para jovens e adultos. Os movimentos sociais exigiram que o Estado e/ou União passasse a se responsabilizar pela educação básica por causa da sua precarização.

[...] os precários índices de escolarização que nosso país mantinha, quando comparados aos de outros países da América Latina ou do resto no mundo, começavam a fazer da educação escolar uma preocupação permanente da população e das autoridades brasileiras. Essa inflexão no pensamento político-pedagógico ao final da Primeira República está associada aos processos de mudança social inerente ao início da industrialização e à aceleração da urbanização no Brasil. (HADDAD; DI PIERRO, 2002, p.110).

O passado denota que a educação sempre foi algo voltado para as elites dominantes e essas mesmas elites não precisavam de um povo que soubesse ler e escrever, entretanto, com o crescimento populacional, econômico e mudanças ideológicas fizeram com que administrar, ultrapassasse os limites conhecidos de uma economia e política arcaica. Aqui vemos a necessidade de revolução, renovação, transformação e mudanças de paradigmas em relação à educação, pois novos tempos solicitam trabalhadores mais bem preparados.

A década de 1920 foi importante para o Brasil devido a uma revolução arquitetada pela classe média urbana e outros setores da classe dominante que não se interessavam pelo comércio do café. A vitória da Aliança Liberal (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba) em 1929 fez a política brasileira ficar à “deriva”, porque diante dessa crise o poder da burguesia cafeeira se enfraqueceu e não tinha nenhum outro grupo para ocupar esse lugar. Doravante, com essas mudanças econômicas veio mais mudanças na educação “[...] com o surgimento dos ideais da Escola Nova e posteriormente com ações da

Pedagogia de Paulo Freire em conjunto com os movimentos sociais” (STRELHOW, 2010, p. 52).

Na era Vargas ou Revolução de 1930 que o Estado passou a delimitar suas funções em relação a educação no Brasil. Num mundo em que era as oligarquias regionais que usavam o federalismo para afirmar seu poder. A revolução colocou as aspirações do povo como fonte de renovação. Em 1934 a educação deu outra “guinada”. Foi criado o Plano Nacional de Educação, que descrevia um ensino primário integral que devia ser obrigatório, gratuito e oferecido às pessoas adultas e acabou por se estender por todos os setores sociais. Esse foi o primeiro ato voltado para educação de jovens e adultos presenciado pela história da educação brasileira que se tornou também um direito constitucional e não parou aqui. A constituição de 1934 descreve bem a nova caminhada do Estado para a educação.

superando a ideia de um Estado de Direito, entendido apenas como o Estado destinado à salvaguarda das garantias individuais e dos direitos subjetivos, para pensar-se no Estado aberto para a problemática econômica, de um lado, e para a problemática educacional e cultural, de outro. (HADDAD; DI PIERRO, 2002, p.110 apud FERRAZ et. al., 1984, p. 651)

A partir desse marco o Estado se coloca como articulador e mantenedor da promoção da educação. Reafirmou o dever do Estado e o direito de todos por uma educação de qualidade. Colocou uma série de medidas com intuito de cobrar do setor público sua responsabilidade diante do analfabetismo no Brasil e de seu atraso diante das grandes potências da época. Neste sentido, buscava-se diminuir o atraso no cenário do capitalismo mundial, melhorando a urbanização, a qualificação para as indústrias. O caminho é justamente a escolarização da população. A industrialização funcionou como força motriz desses atos tão necessários para a economia.

Já na década de 1940 houve iniciativas políticas e pedagógicas. Em contrapartida, a atuação torna-se fragmentada, sem eficácia e centralizada, que se herdou durante o período Colonial, Imperial e da Primeira República. Agora vemos verbas e uma ação mais estratégica pelo território nacional como por exemplo: A criação do INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGOGICOS) em 1938, que culminou a partir de estudos e pesquisas no FNEP (FUNDO NACIONAL DE ENSINO PRIMÁRIO). Este, com a função de ampliar e criar programas para o supletivo de adultos e adolescentes, que foi instituído em 1942.

Em 1945 esse fundo foi regulamentado e instituiu-se que 25% do recurso nacional fosse destinado à educação de adolescente e adultos analfabetos. De acordo com Friedrich

et al (2010), Anísio Teixeira desejava diminuir a desigualdade cultural e financeira entre os municípios que, por consequência, criava desigualdade na formação dos alunos. O fundo viria dos três poderes públicos: União, Estados e Municípios.

Os esforços empreendidos durante as décadas de 1940 e 1950 fizeram cair os índices de analfabetismo das pessoas acima de cinco anos de idade para 46,7% no ano de 1960. Os níveis de escolarização da população brasileira permaneciam, no entanto, em patamares reduzidos quando comparadas à média dos países do primeiro mundo e mesmo de vários dos vizinhos latino-americanos. (HADDAD; DI PIERRO, 2002, p.111)

Com o fim da ditadura Vargas e começo de uma nova era para a educação devido a efervescência social, a educação dá novos “arranques” com novas intuições, movimentos sociais sendo criados tanto a nível nacional como internacional, em que gera pressão no Brasil para uma educação que fomentasse o desenvolvimento e a emancipação. Buscaram-se culpados, houve críticas a respeito dos adultos analfabetos. No geral, parecia que todos queriam o desenvolvimento do país, o que fez esse clamor tomar destaque no “palanque social”.

A segunda guerra mundial acabou e com isso ditaduras caíram e novas formas de governos foram criadas com ideologias próprias e outras permaneceram firmes numa guerra de influência global. Podemos observar no que tange à educação, o aparecimento da ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS) e da UNESCO (ORGÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA). Esses órgãos desejavam diminuir as desigualdades entre países e desenvolver as “nações atrasadas” denunciando ao mundo os erros de vários países nos direitos humanos fundamentais em relação à educação. Por este motivo, no Brasil, em 1947 surgiu um programa de âmbito nacional que atendia a educação dos adultos o SEA (SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS) do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde. A sua função é “de reorientação e coordenação geral dos trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos.” (HADDAD; DI PIERRO, 2002, p.111).

Esse movimento pela educação nasceu em 1947 e durou até fins de da década de 1950; e mais tarde surgiu o CEAA (CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS), que criou infraestrutura para atender os jovens e adultos de diversos Estados e Municípios. Tal programa tinha o objetivo de alfabetizar em três meses, para ir para a próxima etapa que consistia em uma capacitação profissional e para desenvolvimento comunitário.

O Ministério da Educação e cultura produziu outras campanhas entre elas estão: Em 1952- CNER- A Campanha Nacional de Educação Rural; e 1958- CNEA- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. As duas tiveram vida diminuta e quase nada realizaram. O que chama a atenção é justamente o foco da CNEA, que priorizou a educação de crianças e jovens, por se acreditar que somente nessa fase se poderia esperar a alteração de sua condição de vida. Deixando dessa forma, os idosos de lado.

Num olhar geral sobre a economia brasileira, passava-se por transformações no setor industrial, saindo de um modelo de exportação agrária para outro de importação. Em outras palavras, fez modificações no seu contexto de decisões na política econômica, na época de 1930-1964. Não podemos esquecer que esse período foi conturbado na política por aparecer um fenômeno conhecido nos dias de hoje como o “populismo” (Uma tática do governo que oscilava entre a atenção às reivindicações populares e manutenção do *status quo*). Uma herança de Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart; esses presidentes eram os “salvadores da pátria”, ou, era dessa forma que se interpretavam suas ações na política no que tange a participação dos movimentos sociais que começaram a olhar a política como meio para se alcançar suas reivindicações.

Agora podemos notar que a história da educação não foi algo doado de “bom grado” pela elite brasileira e por quem detinha o poder. Foi um processo contínuo entre Estado e Sociedade, quase sempre uma briga de interesses divergentes que se convergem na arena econômica e política, pois muitos acreditavam na educação como força para mudanças estruturais e melhorias de vida. E os poucos da elite política e econômica queriam manter sua forma de subsistência escravizando outros sujeitos das camadas populares. Esse modelo de exploração ruiu devido à complexidade que o tempo expôs.

Continuando sobre as décadas de 1948 a 1961, o embate político- ideológico se acirra devido aos setores sociais utilizarem como “bandeira de atuação” a educação de base como uma tática de atuação política. A LDB nº 4.024/61 foi campo fértil para o aparecimento de diversos movimentos sociais (Grupos intelectuais, organizações de esquerda, entidades estudantis, entidades ligadas às igrejas, setores urbanos e agrícolas).

Neste período, aparece a figura do ilustre Paulo Freire (Apareceu em 1950 e no início dos anos 1960 é exilado), que com o golpe dos militares em João Goulart, é exilado, por causa de seus ideais considerados subversivos. Paulo Freire tinha uma proposta conscientizadora de educação e libertária das classes oprimidas. Com a influência da pedagogia Paulo Freiriana foi criado vários movimentos em favor das iniciativas de alfabetização de adultos:

O Movimento de Cultura Popular (MCP) da prefeitura do Recife; a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, em Natal; a campanha de Educação Popular (CEPLAR), em João Pessoa; e o movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela CNBB, tem como palavra-chave a conscientização, e são financiadas pelo governo federal e por algumas prefeituras. Fundamentadas no espírito democrático. (SAMPAIO, 2009, p. 20)

Esses movimentos sociais desejavam uma educação de jovens e adultos focada nas transformações sociais e não apenas como adaptação para o mercado de trabalho baseada em modelos estrangeiros. Buscando-se, assim, a valorização e reconhecendo a cultura popular e sua sabedoria.

Nessa direção, entendia-se o analfabetismo ou analfabeto como produtor de conhecimento e não como uma “tábula rasa” ou efeito colateral do sistema, ou seja, “não como a causa da situação da pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não-igualitária” (STRELHOW, 2010, p. 54 apud STEPHANOU; BASTOS), 2005, p. 269).

A educação de jovens e adultos “nadava contra a maré”, por exigir um direito da população analfabeta de se apropriar de sua “liberdade” para dessa forma construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Esses modelos anteriormente citados de educação popular foram tão efetivos que anularam a CNEA. Com isso Paulo Freire teve indicação para elaborar o Plano Nacional de Educação ao lado do Ministério da Educação, entretanto, em virtude do golpe, instalando a ditadura militar (31 de março de 1964), a elaboração foi interrompida.

2.2 Do Militarismo à Nova República

O golpe militar de 1964 foi uma dura ameaça à educação de jovens e adultos, porque suas raízes advinham de um segmento popular e de uma necessidade da população menos favorecida em alcançar seus “sonhos” que sempre foram de liberdade financeira, intelectual e de direitos historicamente negados no cenário social, econômico e político.

Em consequência desse golpe houve repressões, exílios, prisões, assassinatos, perseguições, censuras de pessoas e dirigentes de movimentos sociais. Foram feitas essas repressões por ocasião da “efervescência popular” que desejava alcançar sua utopia. A EJA foi uma das primeiras a ser “amordaçada”, e com isso, vários planos relativos à educação foram cessados, como, por exemplo, o Programa Nacional de Alfabetização. Assim, com o exílio de Paulo Freire como agente subversivo e toda sua pedagogia voltada para o

educando emancipado, foi deliberadamente excluída do sistema governamental. Tudo isso era um plano para impedir as ideias ditas “subversivas” e extinguir a constituição de uma transformação social.

Os militares sabiam que a educação popular que teve influência comunista, socialista, de movimentos sociais e Paulo Freiriana. Nesse sentido, tinha em sua essência práticas educativas que fomentavam a explicitação das necessidades dos interesses populares e sua politização para buscar esses interesses que foram negados pela elite brasileira. Tendo essa lógica, os militares transformaram o Estado num instrumento de coerção e repressão para “normalizar” as relações sociais.

Continuando sobre as medidas tomadas pelos militares sobre a educação poderíamos citar o MOBRAL (MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO), que iniciou em 15 de dezembro de 1967, criado pela lei 5.379, extinta com o fim da ditadura. Cabe indagar que o MOBRAL é uma resposta às críticas feitas no cenário internacional (UNESCO e ONU) e nacional (Movimentos sociais e da própria elite), por políticas públicas que viessem a resolver o problema de analfabetismo no Brasil.

Em síntese, o Mobral serviria para alfabetizar funcionalmente e alicerçar a educação continuada, porém, a alfabetização ficou limitada a habilidade de escrever e ler, sem que os processos alfabetizadores fossem contextualizados com a realidade do educando. Logo, o programa se tornou um meio político de alcançar a preservação do *status quo* criados pelos militares, ou seja, fazer com que a ditadura seja culturalmente aceita. Nesse caminho, a educação foi se tornando apenas mecanismo para criar mão-de-obra “alfabetizada” para o empresariado e alienação do povo.

O Mobral foi um programa que se espalhou por todo o Brasil. Estávamos no auge da ditadura em 1970 e esse projeto vinha com a intenção de acabar com o analfabetismo em 10 anos. Em que o próprio presidente militar Médici dizia ser uma “vergonha nacional” (HADDAD; DI PIERRO, 2002) e teve vários colaboradores, investidores e convênios conforme afirma Haddad e Di Pierro (2002):

Além dos convênios com as Comissões Municipais e com as Secretarias de Educação, o MOBRAL firmou também convênios com outras instituições privadas, de caráter confessional ou não, e órgãos governamentais. Isto ocorreu, por exemplo, com o Departamento de Educação Básica de Adultos, um dos departamentos da Cruzada Evangélica de Alfabetização, com o Movimento de Educação de Base da CNBB, com o SENAC e o SENAI, com o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério de Educação e Cultura, através do Projeto Minerva, com o Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), com a Fundação Padre Anchieta, dentre outros. (HADDAD; DI PIERRO, 2002, p. 115)

O fim do Mobral em 1985 ocorreu devido a vários problemas que faziam dele uma “quimera” desfocada da realidade das camadas populares, pois via o cidadão analfabeto como responsável por todos os problemas econômicos, sociais e políticos gerados por sua falta de vontade de aprender. E, também, como “pessoa vazia sem conhecimento, a ser ‘socializada’ pelos programas do Mobral” (STRELHOW, 2010, p. 55 apud MEDEIROS, 1999, p. 189).

Com isso podemos salientar que esse programa foi preconceituoso e colocava o educando num patamar de “criança”, porque se olhar bem, o adulto não é visto como sujeito que exerce influência na produção cultural. Até mesmo os professores eram recrutados por critérios efêmeros de entendimentos sobre métodos educacionais. Causando a interpretação que para educar bastava saber ler. A maioria das pessoas que aprenderam a ler e escrever por esse sistema desaprenderam, por causa dessa educação ser funcional e mecânica, sem apreensão da contextualização dos signos e da realidade vivida pelo educando.

O Mobral se tornou apenas uma ferramenta de formação de recursos humanos e controle da massa, que teve seu fim no início da Nova República com a instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Investigação), por causa de desvios de recursos que aconteceram durante o golpe de 1964.

Depois do Mobral veio a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania. Ligados ao ministério da educação. Os dois tiveram vida curta e logo foram extintos no Governo Collor, em 1990. Sem ser criado outro para substituir. A partir daqui o governo federal ficou longe de projetos de alfabetização. Os municípios passaram a ocupar esse “vácuo” deixado pelo governo central.

A redemocratização ou a Nova República trouxe várias mudanças estruturais e econômicas para o Brasil, por trazer novamente os movimentos sociais à tona e um diálogo com a sociedade, mudando as regras do jogo da educação e desta forma abrindo um novo caminho para a EJA, como é o caso da explicitação dos direitos legais das pessoas que não foram escolarizados na idade ideal:

O inciso 1 do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público que conduzam a -I

erradicação do analfabetismo, - II –universalização do atendimento escola. (STRELHOW, 2010, p. 55 apud OLIVEIRA, 2007, p. 4).

A nova constituição de 1988 afirma que todos devem ter acesso à educação, e na “emenda constitucional Nº 14/96 fica estabelecido que a união deverá investir nunca menos que 30% do *caput* do artigo 212 para a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. ” (STRELHOW, 2010, p.55). Em outras palavras, o direito à educação de jovens e adultos fica assegurada e a passa a se adequar as suas necessidades peculiares de estudo e influências regionais, municipais, estaduais. Ao poder público, cabe oferecer a educação gratuitamente e em forma de cursos e exames supletivos a essa camada marginalizada.

A Nova República trouxe no campo da educação vários avanços em que o Estado passou a assumir a educação de jovens e adultos e não somente os municípios. Em paralelo ao município, as universidades, organizações não-governamentais, movimentos sociais que criaram uma imensa quantidade de métodos de alfabetização, criaram e descobriram formas psicológicas, linguísticas de a educação. Como é o caso de Emília Ferrero que contribuiu com seu método de alfabetização.

2.3 Dos anos 1990 ao Século XXI

O que vemos na história é um repertório de novas forma de ver a realidade do adulto e do jovem no tempo. Esses vieses mostraram que basicamente o governo e a elite sempre tiveram uma ótica errada de como enfrentar um problema criado para manipular/manter o “status quo”.

Aqui é fácil ver que todas as formas de “ajuda” foram de “cima para baixo”, a partir de “fórmulas” sem levar em consideração o sujeito da educação, entre eles, educando e educadores, mais especificamente a relação entre eles. Possivelmente, isso contribuiu para que os vários métodos falhassem e a educação acabou por se tornar um paradigma na tendência tradicional de ensino. Contudo, estamos caminhando para uma educação que valorize os sujeitos e suas experiências na realidade em que nasceram.

Esses pensamentos vieram se solidificando nos anos 1990 com os movimentos sociais que sonham com melhores condições de vida a seus filhos e seus entes queridos mais próximos. Isso se observa no pensar a diante ou no futuro do Brasil em que todos idealizaram como um plano de emancipação social.

O MOVA (Movimento de Alfabetização) é um projeto arquitetado para “trabalhar a alfabetização a partir do contexto socioeconômico das pessoas alfabetizadas, tornando-as coparticipantes de seu processo de aprendizagem” (STRELHOW, 2010, p. 56). Esse projeto foi idealizado por movimentos sociais.

Já o PAS (Programa Alfabetização Solidário), criado em 1996 para o cenário da EJA, é uma parceria de pessoas físicas e jurídicas. Foi duramente criticado pelos especialistas da educação que o interpretavam como uma forma de passar a responsabilidade do público para o privado. Em outras palavras, era uma espécie de cópia das campanhas das décadas de 1940 e 1950. As principais queixas em relação ao PAS é:

Além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a ideia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordestes (subdesenvolvido) e no sul-sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha ‘adote um analfabeto’ ,o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista. (STRELHOW, 2010, p.56 apud STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272)

Outro programa conhecido é o Pronera (Programa nacional de Educação na Reforma Agrária), criado em 1998. Esse era focado nos assentamentos de terra, para atender uma população marginalizada. Ele tinha vínculos com o Incra, movimentos sociais e universidades.

Em janeiro de 2003 foi a vez do Programa Brasil Alfabetizado. O governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva- Presidente do Brasil) afirmava através do MEC que alfabetizar jovens e adultos seria sua prioridade. Para isso, criou-se a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo para essa função. Esse projeto tinha parcerias com instituições de ensino superior, organizações sem fins lucrativos, órgãos públicos municipais, estaduais e a partir do diálogo com o MEC, construir ações que envolvessem a alfabetização. Neste sentido, “no início tinha características de mais uma campanha, com ênfase no trabalho voluntário, prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas. ” (STRELHOW, 2010, p. 56). Porém, em 2004 houve a mudança do Ministério da Educação e o programa sofreu modificações na sua meta e no tempo de duração.

Finalmente chegamos ao século XXI e com uma taxa de analfabetismo funcional alta, em resumo. Muitas pessoas não sabem ler, escrever ou fazer operações matemáticas simples como declaram os números abaixo:

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas que por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram a posição anterior. Chega, ainda, a casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita. (STRELHOW, 2010, p. 56 apud STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).

É realmente complexo a educação voltada para a EJA que satisfaça a real necessidade desse público tão castigado pelos modelos arquitetados pela categoria dominante. O que o povo realmente deseja é fazer parte da construção de seu conhecimento sistematizado e valorizado pela sociedade. Durante esses programas e projetos já mencionados neste texto, de certo modo, prevalecerem como uma “mágica” que o educando tem que “engolir”, porque é bom para si. A educação de jovens e adultos será problemática sem a valorização do conhecimento do educando e de sua história ou “bagagem cultural”.

A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, a sua ‘leitura de mundo’, dá o suporte para o desenvolvimento da oralidade, base da aprendizagem da leitura e da escrita. É preciso dar voz aos jovens e adultos, resgatar suas histórias, seus ‘causos’, faze-los interagir com os textos, levantando hipóteses, validando-as ou não, mesmo que a leitura inicial seja realizada pela voz do alfabetizador. É nessa interação entre os seus conhecimentos prévios e os conhecimentos presentes nos textos que os alfabetizados vão construindo os seus possíveis sentidos. (PACHECO et al, 2013, p. 7, APUD GADOTTI; ROMÃO, 2005, p. 85)

O jovem e o adulto têm que ser valorizado e de uma vez por todas a educação tem que seguir sua função que é fazer justiça social através da compreensão, politização, socialização, além de formação crítica do educando. Neste novo olhar, os processos teórico-metodológicos valorizariam a liberdade e como chegar a essa liberdade no ato de aprender. Com isso, uma mudança existiria dentro do círculo cultura através de um diálogo dos espaços versus realidade e o centro disso tudo seria a conscientização para transformar seu mundo.

Por isso também o próprio método de alfabetização que Paulo Freire pensou funciona de tal sorte que realiza, dentro do círculo de cultura, prática do diálogo que o sonho do educador imagina um dia poder existir no círculo de cultura, entre os homens, ai sim, plenamente educadores e educandos de todas as coisas. Daí surge a própria ideia de conscientização, tão nuclear em Paulo Freire. Ela é um processo de transformação do modo de pensar. É o resultado nunca terminado do trabalho coletivo, através da prática política humanamente refletida da produção pessoal de uma nova lógica e de uma nova compreensão de mundo: crítica, criativa e comprometida [...]. (PACHECO et al, 2013, p. 7, APUD GADOTTI; ROMÃO, 2005, p. 85).

2.4 A alfabetização e suas concepções: A busca por emancipação na EJA

A alfabetização da EJA teve importantes conotações em diferentes períodos da história e sua função variou muito em relação a sua função na sociedade e por consequência disso se criou todo um enlaçamento para culpar os analfabetos pelo analfabetismo e outros contra essa mesma ideia que o interpreta como culpa de um sistema que privilegia uns e afunda outros.

As pessoas que tiveram seus direitos à educação cerceadas merecem uma justiça social que leve em consideração as suas diferenças tanto culturais como políticas. Nesse sentido, Sampaio e Almeida (2009) mencionam a constituição federal de 1934: “a educação é um direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”. Só que essa mesma constituição é diversas vezes negada para um “pequeno” grupo de jovens e adultos que ainda não sabem ler e escrever.

Em nosso país, durante o período eleitoral, há necessidade de “usar” esse grupo social que só cresce ano após ano, e, em sua maioria, ainda está relacionada às condições precárias de vida do sujeito; é imediata em algumas plataformas de políticos que desejam criar uma imagem de “salvador da pobreza”. O que faz com que o analfabeto seja “crucificado” por um crime que não cometeu e continuando nessa mesma lógica.

A forma como a nossa sociedade interpreta as pessoas que não sabem ler e escrever é fruto de uma leitura errônea da história e até mesmo de influências estrangeiras nas concepções ideológicas que fundamentam o discurso que beira ou que absorve o neoliberalismo, liberalismo, capitalismo selvagem ou ideologia de mercado que se aprofunda no discurso social para representar toda uma gama de circunstâncias do presente ou do passado.

Como vimos anteriormente, o analfabeto é um “corpo estranho” que nossa sociedade tenta extirpar e que o poder público os vê como um problema que deve ser tratado como um ato de filantropia, caridade, por não perceberem ou não querer perceber que esse contingente de analfabetos é fruto de uma sociedade parasitária, desigual, desumana, antidemocrática, antiética e imoral do ponto de vista social, humano e dos direitos fundamentais do homem. Com isso é importante frisar que o analfabeto, como diz Sampaio e Almeida (2009), não é analfabeto por ser pobre é pobre por ser analfabeto e que

jamais devemos ver a EJA como uma educação de caridade para aqueles que não aprenderam a ler “no tempo certo”. E sim como um direito e um dever do Estado para com um grupo excluído de seus direitos legais de exercer a cidadania.

Agora chegamos num ponto interessante, às relações de trabalho, a forma como o analfabeto se vê, a função da educação como arma de libertação da mente e do corpo, a importância do ato de ler numa relação, inter-relação e interação na perspectiva Paulo Freiriana e de outros autores.

Neste contexto, para poder escrever sobre a alfabetização, é necessário entender a imagem que o sujeito que aprende tem de si para a partir de seus costumes, crenças, cultura, ideologia e forma política de ver a sociedade. E nessa ótica, conseguirmos auxiliá-lo na sua jornada pela leitura e escrita na educação de jovens e adultos, porque entendemos que a leitura e escrita está aliada a uma “bagagem cultural” que é levada com o educando da EJA, e por esse motivo a alfabetização tem que ser atrelada a essa concepção de adulto ou jovem, que traz consigo uma infinidade ou pluralidade de novas interpretações do mundo tendo como referencial a si mesmo e o mundo.

Na opinião de FREIRE (1989, p. 9), “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. ” Nessa concepção é fácil observar que a alfabetização tem que estar mergulhada no dinamismo social e que não deve se afastar da realidade do adulto e do jovem da EJA. O que faz pensar na necessidade da alfabetização e como essa necessidade irá sanar um dos problemas mais antigos do Brasil que é a alfabetização daqueles que foram abandonados pelas políticas públicas do Estado.

A alfabetização na EJA não é nenhum “bicho de sete cabeças” e não depende de um único método específico, porque o processo de ensino é diverso e complexo por lidar com especificidades de vários grupos sociais, de necessidades especiais, de idades e de gêneros. Freire (1989) aponta que antes de sua escolarização já existia uma “leitura” que vinha do mundo em que se movia e que essa palavra era “palavramundo”. Para esse autor, a alfabetização tinha de respeitar a “raiz” daquele que busca a sua alfabetização e esse respeito é construído dentro e fora da sala de aula.

Em outras palavras, podemos notar que os diferentes se conectam nesse ponto, e o professor busca criar “âncora” de aprendizado e pode ajudar a “libertar” seus educandos,

dando a eles uma das ferramentas mais importantes do nosso mundo globalizado e em constante transformação, que é a faculdade de ler e escrever através da problematização, politização e crítica do mundo a sua volta. Desta forma mostrará que a educação não é um benefício filantrópico e sim um direito de todos.

A alfabetização é só o início para superar paradigmas e criar novos paradigmas, porque ela deve se ver livre da memorização, da mecanização, da robotização e da dicotomização entre sociedade e Estado. A dialética deve vir entrelaçada com os estudos sobre como o Estado deve auxiliar seu povo, e não o escravizar físico e mentalmente.

A educação é o caminho para a liberdade da mente e, também, por meio dela podemos desvelar a população carente para que aprenda a buscar seus direitos constitucionais. As ferramentas intelectuais dependem do mergulho do educando na prática de ler, escrever e de se aperfeiçoar. Daí a necessidade de não apenas ensinar o código e a decodificação do código. Por esse motivo Freire (1989), aproxima o ato de alfabetizar como um ato político e de conhecimento para poder criar novos conhecimentos, e partir para mudanças no plano concreto da vida do educando. O primeiro passo deve ser dado para transformar a vida daquele que ingressa nesse modo de ensino.

É importante frisar que todos pensam ser livres e que nossa educação é realmente uma educação generalista que abrange realmente toda a diversidade existente na nossa sociedade. Mas devemos lembrar que a educação tem sempre uma “motivação” ou uma ideologia que fundamenta suas ações. Como foi mencionado anteriormente, existe por “trás das cortinas” um grupo que organiza e dita às regras do jogo da sociedade. O não conseguir distinguir essas ideologias ou “motivações” faz com que o educando não se perceba como um ser político e envolvido na teia social. Esse jogo não permite adversário e esses adversários são sempre excluídos por exigirem direitos. Sampaio e Almeida (2009) dão um exemplo bem definido sobre como o analfabeto está em relação ao país em que vive e trabalha: É como se fosse um estrangeiro na sua própria terra. Em resumo, o analfabeto não participa da sociedade no campo da cidadania, e sim, aparece no papel; não tem acesso à informação escrita; não tem acesso à cultura globalizada e a valores que se constroem na relação entre diferentes grupos que falam outro idioma, por exemplo, e tudo isso se adquire através da leitura e da releitura de mundo da escrita.

Por este motivo, a alfabetização voltada para os grupos sociais da EJA, tem de ser respaldada numa criticidade, num envolvimento do seu “[...] universo vocabular dos

grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. ” (FREIRE, 1989, p.13). O processo de alfabetização está longe de ser apenas um ato de aprender a ler e escrever mecanizado. Os grupos sociais têm suas próprias palavras “[...] as palavras do povo, grávidas de mundo. ” (FREIRE, 1989, p.13). Não devem ser excluídas do aprendizado. A forma como o sujeito compreende o seu mundo depende de sua interpretação e de como reinventa a palavra apreendida.

O ato de ler crítico se torna necessário para o sujeito na medida em que dá acesso a um mundo negado historicamente.

[...] a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não associada, sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que o Gramsci chamaria de ação contra- hegemônica. (FREIRE, 1989, p.14)

A emancipação se dá no processo de alfabetização, conscientização, politização, e quando o sujeito se percebe político no mundo em que vive. Logo, terá a necessidade de mudanças das leis que não foram criadas por um poder que não pode ser modificado. Deve-se ter consciência que a constituição foi construída por homens e mulheres e essa construção pode sim ser revista para dá condições e novos rumos a um mundo tão desigual que está carente de políticas públicas eficazes que não sirvam apenas de propaganda política num dado período eleitoral.

Assim sendo, quando o povo percebe o seu poder, as possibilidades são infinitas e mais sensíveis às necessidades humanas que realmente interessam e não apenas se rendem às ideologias de mercado que passa, de maneira frequente, uma falsa ideia de desenvolvimento.

2.5 A EJA como um ato político pedagógico

O público da EJA é formado, em grande parte, por jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação ou tiveram, porém, devido a sua posição social na sociedade procuraram trabalho cedo para complementar a renda familiar. Geralmente, esses jovens e adultos tem complexo de inferioridade, pois são oprimidos e discriminados tanto por si

mesmo quanto pela sociedade em que vivem. São, em sua maioria, pessoas pobres que pertencem a grupos sociais distintos e estão longe de fazer parte das classes mais favorecidas. Nesse contexto, a sua falta de escolarização a deixa aquém do mercado de trabalho, gerando assim, mais estigmas e complexos. Numa tentativa de adentrarem no mercado de trabalho buscam em sua maioria a EJA. Tal público busca na educação melhores condições de vida para si e sua família. Logo, o pretexto para se buscar educação, em certa medida, está focalizado no mercado de trabalho que funciona como “gangorra” para “contrabalancear” as discriminações que sofreu e sofre do mundo que o rodeia.

Para Freire (1989), A educação pautada numa politização e conscientização, é de extrema necessidade, por causar transformações sociais a partir do indivíduo que passaria a pensar por si. Aquela ideia antiga de ensinar a “pescar e não dá o peixe”, é satisfatória nessa reflexão. Não existem “mágicas” que irão ajudar o educando a apreender melhor sobre seu mundo e transforma-lo. É isso que uma educação voltada para as causas populares busca e que Freire na sua pedagogia do oprimido demonstra: Freire (1987, p.12) “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando “blábláblá” e a prática, ativismo. ”

A educação deve ser conscientizadora por demonstrar que a única salvação para quem nasce oprimido é se entender oprimido e se ver oprimido. E que aquele que oprime, é igualmente prisioneiro por não se ver opressor. Nessa relação não existem vencedores. O ato de ler e escrever se torna uma ferramenta de liberdade e justiça.

É importante lembrar que Freire (1989) menciona Gramsci sobre o conceito que se cria de “ação contra-hegemônica” para se desprender de um sistema que se arrisca a se denominar Estado democrático de Direito e protetor de direitos. Assim, poderemos, enquanto futuros professores da EJA a reconhecer os aspectos educacionais negados historicamente a esse público e, por conta disso, atuarmos em dimensões político e pedagógicas.

3. CAPÍTULO II

3.1 Procedimentos metodológicos

A metodologia desse trabalho de conclusão de curso foi escolhida por causa do meu interesse a respeito dos documentos da EJA e dos meus poucos estágios, apesar de não ter foco principal na EJA. Culminou com o afloramento de uma inquietação que gerou várias

curiosidades a respeito da modalidade de ensino voltado para os adultos e jovens como exemplo dos questionamentos e curiosidades: queria saber sobre a história da EJA, os sujeitos, os problemas enfrentados e o que seria a EJA para as pessoas que “bebem” dessa fonte de conhecimento.

Com isso surgiu a necessidade de uma metodologia para a minha monografia que foi baseada em pesquisa bibliográfica e de campo com uma abordagem qualitativa. Com esse método de pesquisa bibliográfica o 1ª passo da coleta de dados foi basicamente voltado para pesquisas em livros, revistas e artigos científicos como fontes primárias que deram o arcabouço inicial, além disso obtivemos dados por meio de pesquisas em bibliotecas e na internet. O 2ª passo foi pesquisa de campo que na concepção de Lakatos; Marconi (2003, P. 186) tem o objetivo “de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema” e assim gerar uma hipótese, comprovar algo, descobrir um fenômeno ou a relação entre eles.

Com o intuito de conhecer como se dá a construção dos sujeitos da educação de jovens e adultos do 1º segmento da EJA, na escola estadual pesquisada. A técnica de pesquisa foi a observação participante. “A observação participante ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. ” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.191). Por se tratar de uma observação participante, o pesquisador adentra na realidade da comunidade ou do grupo. Incorpora e aprofunda nos sujeitos pesquisados participando das atividades normais deles; porém se trata de uma forma de observação participante artificial (Se diz observação artificial porque o único intuito do observador é a coleta de informações).

Conforme aponta Lakatos; Marconi (2003), é dessa forma o observador integra-se no grupo com o único objetivo de obter informações. As informações coletadas de ambos os passos, inicialmente são analisados e depois determina-se se os dados coletados tem coerência com o tema pesquisado. Posteriormente, se os conteúdos estiverem incompletos seriam feitas novas pesquisas para se obter um resultado satisfatório.

É importante denotar que na observação participante foi adquirido um vasto material como documentos e narrativas in lócus, em sala de aula e fora dela. A pesquisa de campo proporcionou um aprofundamento no mundo do educando e do educador. Os diálogos foram a ponte para se descrever a realidade dos sujeitos que muitas vezes é excluída. Em outras pesquisas, toma um olhar superficial e mistificado pela ótica

fundamentada pela ideologia de mercado. Esse tipo de olhar é visto em jornais, revistas, alguns artigos científicos que descrevem como o Estado tratou a educação de Jovens e adultos na história.

Já com os dados em mãos, a abordagem qualitativa foi usada porque segundo Lakatos; Marconi (2003, p.29), “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Essa abordagem propicia uma investigação de tendência de comportamento, de hábitos e atitudes dentro de um contexto social. Para Minayo et al (2002):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO et al, 2002, p. 21-22).

Este trabalho de conclusão de curso teve o objetivo principal de entender a construção dos sujeitos na modalidade de educação de jovens e adultos para tanto foi necessária uma busca minuciosa do passado para construir os passos dos sujeitos no tempo e no espaço. A abordagem qualitativa descritiva serviu bem ao propósito porque através desse processo metodológico poderíamos descrever um fenômeno da realidade e identificar e/ou refletir sobre o sujeito que recebe influência da sociedade.

Na pesquisa qualitativa, uma questão metodológica importante é que a que se refere ao fato de que não se pode insistir em procedimentos sistemáticos que possam ser previstos, em passos ou concessões como uma escada em direção as generalização. (FAZENDA et al, 2000, p. 58).

4. CAPÍTULO III

4.1 Uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos numa escola na zona norte de Manaus

A princípio, o relatório de estágio supervisionado III e o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola Estadual Professora Hilda de Azevedo Tribuzy se mostrou uma importante fonte de coleta de informações. Tais informações possibilitou-me o olhar de um acadêmico inexperiente sobre as práticas educacionais de professores experientes que, com

o tempo foram se aprimorando e criando formas de trabalhar com uma turma complexa da EJA. Por isso, de certo modo, podemos afirmar que ser professor na EJA é o mesmo que carregar toda uma história de transformações e vitórias de um grupo social que luta e lutou por melhores condições de vida.

No decorrer das observações numa Escola Estadual Pública da zona norte de Manaus e tendo como base o relatório de estágio supervisionado III. Iremos adentrar num contexto social que leva para a escola toda uma problemática, como exemplo citarei alguns exemplos: Um aluno que chegou na sala de aula com uma tatuagem do rosto da professora e isso gerou na educadora um espanto, pois ficou perplexa com a atitude do rapaz e não entendeu o motivo. Neste momento, o educando foi levado para a diretoria em que a pedagoga ficou a cargo da conversa, pois quem tem esse papel de diálogo com o educando é a pedagoga na ausência da Diretora; Brigas de galeras ou facções é isso mesmo.

Quando refletimos sobre a educação de jovens e adultos, temos que levar em consideração que a educação não é dicotomizada da violência que cerca a escola. Na realidade, existe uma “espécie de trégua” em que os educandos procuram não se matar, e o motivo é uma causa comum entre eles, que é a educação. Sei que parece estranho tudo, só que se torna impressionante algo: mesmo dentro da violência entre grupos rivais existe essa compreensão de que através da educação existe a mudança e um novo caminho a ser percorrido. Em tal direção, não vamos esquecer de uma educanda que faltou metade do ano e apareceu na escola de surpresa, e afirmou que o motivo de suas faltas foram a separação de seu marido, a falta de dinheiro e de alguém para ficar com seu bebê.

Percebe-se, então, que a mulher ainda é muito prejudicada quanto à continuidade de seus estudos, uma vez que a vida conjugal lhe atribui responsabilidades familiares mais pesadas, bem como, também, apresenta uma dependência financeira do cônjuge. Como foi triste essa parte. Vi como a vida daqueles que estão na EJA se processa em altos e baixos. A moça faltosa não conseguiu acompanhar as aulas normais por causa do trabalho e problemas pessoais que gerou sua desistência.

O problema dessa moça vai muito além dos seus problemas pessoais e financeiros, adentra na falta de uma base sólida de educação em sua vida, que também mostra a ausência de políticas públicas em torno de inúmeras famílias, que se encontravam e ainda se encontram num estado de pobreza. Em sua história, desde menina, trabalhava para ajudar os pais, e agora, com todos os outros problemas em sua vida atual não consegue fazer cálculos básicos das quatro operações e tem a dificuldade na leitura.

Conforme a problemática acima mencionada, há um outro educando que tem problemas mentais e toma tarja preta; numa das observações realizadas, notou-se que, devido a não ter tomado seu remédio, ficou agressivo e, o pior de tudo: ele é usuário de drogas. Os pais foram chamados para levá-lo para casa. A professora da sala do educando em destaque disse ser impossível ministrar aula com as constantes interrupções. Não se trata de se impor e exercer sua autoridade em sala de aula, mas é um problema médico e ao mesmo tempo social.

Assim, é fácil perceber que o educador supera e muito sua função na escola, e que muitas vezes, tenta a toda forma ajudar, porém, tudo tem um limite e, com isso, pode acarretar frustrações em muitos educadores por se verem impotentes diante de uma realidade tão severa e inoportuna para a escolarização.

As escolas nos dias atuais não mudaram muito e com o tempo foi se transformando a medida que nossa sociedade se modificava. Quando falo que não mudou muito reflito sobre os problemas financeiros que a gestora e a pedagoga precisam superar para oferecer o mínimo possível de instrução aos educandos da EJA.

Nesta direção, o panorama atual desanima e chega a desestimular boa parte dos educadores que atuam na escola. Então, é possível afirmar que a modalidade EJA ainda é o “patinho feio” das diferentes modalidades de ensino oferecidas pelo Estado. Possivelmente, um dos principais motivos, é justamente esse caráter social e a eterna busca de “resgatar” aqueles que foram deixados de lado por muitos em nossa sociedade, que os consideravam seres não produtivos.

A lógica do mercado na educação brasileira é um fator que modifica a forma como se trabalha em sala de aula, pois passa a entender a educação como um produto ou mercadoria que segue padrões determinados e contínuos. Essa lógica, em grande parte, não leva em consideração a complexidade do ser educando e seu contexto.

Na realidade, essa forma de lecionar vê o educando como iguais em todas as suas dimensões. Esse tipo de visão só gera na história da educação arbitrariedades e, em alguns casos, é extremamente violenta com a cultura como é o caso dos nativos brasileiros (índios) no período colonial. Os jesuítas utilizaram a música, porque os índios eram extremamente orais e com isso modificou toda uma cultura que, ao final, só serviu para usar os nativos como ferramentas para poder desbravar a Amazônia. Não se pensou na riqueza da complexidade das pessoas que viviam no Brasil colônia. Não é muito diferente agora para a EJA em nossas escolas. Qual seria o objetivo do governo na EJA? É

basicamente criar um produto e mascarar sua derrota em relação à escolarização.

É possível que a EJA tenha sido criada para esse fim no do poder público. Cabe salientar que a EJA surgiu de uma revolta popular contra o discurso que atribuía ao educando a culpa por não ter concluído a sua educação na idade certa. Com essa premissa de culpabilidade, o governo buscava se eximir de sua culpa histórica de ter excluído uma grande parte da população com seu currículo generalista, sem pensar na diversidade dos educandos. Quem conhece a história sabe das lutas de classes que representam uma briga de braço em que a minoria tenta a todo modo ser ouvida.

O PPP (PROJETO POLITICO PEDAGOGICO) da Escola Estadual Professora Hilda de Azevedo Tribuzy denota uma escola totalmente equipada com ar-condicionado, computadores, impressoras, com 17 salas composta de: (sendo que 01 sala funciona no turno matutino como sala de recursos e no turno vespertino, como sala de educação especial). 01 Secretaria, 03 banheiros masculinos, 03 banheiros femininos, 01 cozinha com depósito para merenda escolar, 01 sala onde funciona biblioteca e tv escola, arquivo morto e 01 depósito de material escolar que contem cadernos, livros, canetas e réguas. A escola atende alunos do 1ª ao 9ª ano do ensino fundamental, nos projetos avançar (III e IV) e a Educação de Jovens e Adultos (1ª e 2ª segmento e ensino médio). Com 87 servidores. Possui 3 pedagogas, 34 professores do ensino fundamental (ciclo básico do ensino fundamental, tempo de avançar e classe especial), 17 de educação dos jovens e adultos (alfabetização, 1º segmento 2º segmento e ensino médio). Destes professores 22 possuem o curso normal superior, 18 possuem licenciaturas em áreas específicas, 05 estão cursando o normal superior e 04 possuem somente o curso de magistério, os outros 33 servidores são professores readaptados, auxiliares administrativos, merendeiras vigias e serviços gerais.

A escola neste contexto parece funcionar corretamente no que tange a lógica estrutural baseada no PPP, porém a realidade é bem diferente.

A escola funciona nos turnos matutino (07:00 às 11:00h), vespertino (13:00h às 17:00h) e noturno (19:00h às 22:30h). As reclamações de professores e alunos por causa do calor é grande e muitos professores, para não sofrerem muito, caminham, bebem bastante água e, algumas vezes, por causa falência do ar-condicionado, o jeito é liberar os educandos. Isso ocorre principalmente de manhã e à tarde.

Quando desbravamos a escola podemos observar vários erros e acertos. A educação não é algo “pronto e acabado” e os educandos não são uma “tábula rasa”. Paulo freire, um

educador brasileiro que mostrou ser possível uma educação significativa e pensada na camada marginalizada com toda a sua “bagagem cultural” Freire (2011), diz que para alcançarmos uma educação de qualidade, temos de ter um olhar não de superioridade ou de inferioridade para não reproduzirmos o que se faz constante nas escolas brasileiras. A educação é libertadora. O educador pode modificar sua ação em sala de aula e ser um exemplo sempre com otimismo e ativismo para lutar por melhores condições de trabalho, para oferecer uma educação de qualidade em que os educandos se sintam abrigados e respeitados.

A educação de jovens e adultos nesse contexto é composta de adultos desempregados, deficientes mentais, pessoas com dependência em drogas, velhos, jovens e adultos, trabalhadores, mães solteiras e adolescentes, que trabalham em emprego formal e não formal, com níveis sociais variados e a maioria deseja concluir o curso para conseguir emprego mais rápido.

Nessa estrutura, como já foi observado na escola pesquisada, há, também, educandos envolvidos com o tráfico de drogas e outros que em sala de aula tomam remédios controlados misturados com alucinógenos variados. Assim, a modalidade de ensino EJA na escola observada apresenta uma turma formada por pessoas que vem de uma vulnerabilidade social, que, em grande parte, faz com que vejam a vida e todos como “inimigos”.

Em meio aos diversos olhares, observamos com o passar do tempo, que a pedagoga responsável pelas orientações desses educandos problemáticos, tentava de todas as formas resgatar alguns educandos que ainda sonhavam com um futuro longe das drogas, da miséria, da xenofobia, do preconceito de raça, credo, religiosidade. Entretanto, nem todos os problemas podem ser solucionados porque extrapolam a sala de aula e adentram numa dimensão política, histórica, e de contradições do “jogo social”.

Na sequência, iremos apresentar exemplos de diálogos retirados do relatório de estágio supervisionado III, da Escola Estadual Hilda de Azevedo Tribuzy:

Diálogo 1: Aluno x pedagoga- Atraso na entrada

Pedagoga questiona um aluno: “Aluno, por que está chegando atrasado?” A pedagoga é sempre direta e sem rodeios.

Aluno: ‘- *Estou chegando atrasado porque trabalho no distrito e saiu as 17:00hs e para pegar o transporte demora mais de 1h para chegar aqui no terminal 3. Eu gostaria de*

estar aqui cedo, mas não posso fazer nada nessa situação, pois preciso estudar e também preciso do meu emprego”.

Quando nos deparamos com a realidade de terceiros, é fácil julgar e afirmar que seja preguiça ou coisa parecida. Muitas vezes, será desta forma que veremos o outro. Com uma imagem desprovida de entrosamento com sua realidade. Tudo isso, porque tentamos de todas as formas espelhar a vida dos outros na nossa por pura vulgaridade, ignorância e “desdém”. Sim, desdém. Enquanto seres humanos, somos assim, não conseguimos ver o outro. Um exemplo disso, são os mendigos que nos cercam e os tratamos como parte dos “móveis sociais”. Esse rapaz acima mencionado, que tem uma vida complicada por não ter nascido em um “berço de ouro”; é castigado por seu destino que o prende numa vida de escravo. Ele é sim uma vítima do Estado e vítima do seu meio social. Num mundo desigual as suas perspectivas de crescer são quase nulas, porém, existe esperança. Essa esperança advém de sua busca pelo conhecimento e por liberdade na lógica ativista Paulo Freiriana.

Diálogo 2: Professor x Aluno x Pedagoga - Problemas na sala de aula

Professora: *“Pedagoga estou trazendo este aluno que não acompanha as atividades, dorme em sala de aula, exige nota, mas não faz os exercícios de casa. Peço que converse para que esse problema seja solucionado. ”*

Pedagoga: -“ Pode mandá-lo entrar que converso e descubro o que está acontecendo.”

Aluno: - “ Boa noite, professora...”

Pedagoga: “O que está acontecendo contigo? Por que está faltando e não faz a tarefa de casa e da sala de aula?”

Aluno: - “Eu trabalho muito de manhã, de tarde vendendo jornal na rua. Fico muito cansado e não tenho tempo para fazer os deveres de casa. Tento fazer em sala de aula, mas é muito difícil e não entendo, e por isso desisto logo. Às vezes, falto porque não consigo dinheiro suficiente para comprar comida e fico na rua vigiando carro, moto. Minha família depende de mim. Sei que a professora fica com raiva. Só que a aula dela é difícil e minha vida não é fácil. ”

Como foi dito anteriormente, o educando da EJA é duplamente agredido pelo modelo de ensino criado pelo Estado, que não enxerga o jovem como um sujeito que realiza múltiplas funções dentro de sua família. Uma família desestruturada, inúmeras vezes vem regida pela miséria que a transforma numa “quimera” traduzida em pura violência. Essa violência cresce diariamente a cada dia, pois muitos dos que vivem no mundo do trabalho não veem perspectiva de futuro, uma vez que ganha um salário baixo e

péssimas condições melhorias. O seu caminho é amargo. Mesmo os professores que estão diante dessas situações cotidianas escolares se veem impotentes, por não poderem fazer nada. Os professores das escolas, no geral, não podem criar “pontes” que auxiliem esses educandos na sua “travessia” por “mares turbulentos” de suas vidas.

Em determinados momentos, os professores passam a ideia que não existe saída para a vida difícil de muitos educandos da EJA; mas, é preciso pensar que sempre pode existir um caminho para renovar as esperanças do educando. Esse caminho pode ser a luta por melhores condições de vida, nos campos da sabedoria, da criticidade, do ativismo educacional, que só deve surgir numa luta de classes.

À medida em que os professores da EJA saem de um estágio de alienação no bojo das questões sociais, econômicas e políticas, aumentam as chances de se colocar no lugar do educando e perceber melhor suas problemáticas. Nesta direção, os professores tendem a mudar sua forma de agir e contribuir de maneira mais sólida com as realidades do educando.

Diálogo 3: Aluno x pedagoga- Excesso de falta

Pedagoga dialogando com uma aluna: “- Mulher. Por que faltastes tanto? ”

Aluna: “-Professora, eu separei do meu marido e tive problemas financeiros. Por isso não vim para as aulas, mas consegui um emprego de babá. Hoje estou retomando minhas aulas e sei que é importante para mim, pois nem o ensino fundamental tenho. Preciso desse diploma para conseguir “coisa melhor”. Por favor, me ajude que estou quase sem nota e com algumas faltas. Não consigo acompanhar os meus colegas, porque não consigo aprender direito. Sei que se receber ajuda posso me recuperar”. (Tal fala ocorreu com Choro por parte da aluna...)

Obs.: Depois de algum tempo a educanda acima mencionada desistiu do ano letivo.

O que esse pude observar durante minha permanência na escola pesquisada foram várias situações que eram mostradas pelos educandos que causam dor e sofrimento. Por exemplo, a pedagoga conversando sobre prostituição e drogas, mostrou que o mundo criado por um sistema opressor, faz com que se perca muitas “mentes brilhantes”, por não se perceber que cada ser é precioso.

Numa outra conversa com a pedagoga, disse-me certa vez que viu uma menina nova grávida; e seus olhos, encheram-se de lágrimas, porque ela viu naquela garota um de seus filhos. A pedagoga afirmou que os desafios profissionais são imensos, e o que a mantém ainda nessa profissão, é a crença que pode fazer a diferença.

O mundo em que vivemos é isso: uma quimera sem “rosto e sem coração” que “engole” e “maltrata” vários corações os transformados em “pedra”. Nesse caminho, a pensar em todos os descaminhos, podemos ver pessoas que ainda lutam numa “guerra” que, às vezes, pode ser ideológica e selvagem, quando, em parte, os sujeitos da EJA não tem seus direitos garantidos.

As “crianças” adultas da EJA são “guerreiras” pois mesmo diante de tanta dificuldade, ainda sonham com uma vida melhor, longe de dor e do sofrimento. Todos queremos ser felizes, e mesmo não vivendo em um “mundo de fantasia”, todos desejam uma caminhada feliz.

Quando estive frente à frente com os personagens da educação no meu relatório de estágio supervisionado III, já pensava na educação de jovens e adultos como sendo o meu alvo de pesquisa por causa das contradições explicitadas na fala dos personagens, na maneira de agir, de pensar, de estudar....

Essas pessoas buscam melhores condições de vida que, por alguma razão, não puderam concluir os estudos. A nossa sociedade sempre dita a forma como devemos ver as pessoas e o motivo de suas ações. Com isso percebemos que somos, muitas vezes, preconceituosos e devemos mudar o mundo a partir de nós, e dessa forma, mudar a sociedade que é sim uma sociedade estratificada em classes sociais, que prende as pessoas num mundo de opressão.

Os professores do século XXI tem que se desdobrar e ser mais do que um educador, e os educandos da Educação de Jovens e Adultos precisam ser libertos da ideia de que não podem alcançar seus sonhos, de que por ser pobre não tem o direito à educação, que somente pessoas abastadas podem ir além e modificar sua vida. Neste trecho Paulo Freire descreve essa busca pela liberdade aos educandos:

Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 1987, p. 17).

Na sala de aula vi muitos educandos trabalhadores que não tinham ânimo para copiar ou fazer os exercícios. Os olhares eram de cansaço. E suas histórias mais pesadas que o ar. Muito estavam chegando do distrito industrial, ainda com a farda do trabalho escondida debaixo da camisa da escola. Alguns relatavam que não dava tempo de se trocar. Reclamavam da matemática que era complicada, difícil de entender com todos os números; e na hora de ler um texto, outro problema. Alguns liam devagar e tinham vergonha de ler na frente de todos.

É sabido que mesmo estando entre eles só observando e procurando participar do cotidiano, ainda assim, eu era um “corpo estranho”, no entanto, procurava ajudá-los. Com isso, pude concluir que estava influenciando na hora da leitura de forma positiva, porque de acordo com a professora, os educandos conseguiam ler um pouco melhor do que estavam lendo.

Nas falas dos educandos, era muito comum ouvir que se tem vergonha de não saber ler direito e errar algumas palavras em público. Alguns foram demitidos por não saber ler esquemas ou desenhos de produtos que precisavam de um olhar rápido para se ter uma resposta em nível de produção. A maioria fala que está na EJA, porque precisa ter ao menos o ensino fundamental para trabalhar, ser respeitado e ajudar os filhos no dever de casa. Essa busca por respeito por parte dos jovens adultos aguçou minha curiosidade, com isso, procurei não falar muito e apenas ouvir.

Às vezes, para se conseguir informações é necessário saber ouvir. Foi sentando ao lado de alguns educandos da EJA na hora do recreio que pude dialogar com um senhor de idade que disse que seu único propósito não é a busca por emprego, e sim, aprender a ler. Esse senhor relata que foi pedreiro a vida toda e nunca precisou ler. Só que hoje, as pessoas olham estranho se você não sabe ler um livrinho que dão no ônibus ou quando pede ajuda para sacar o dinheiro da aposentadoria no banco. Na concepção dele, os jovens são sempre apressados e ficam bravos com a lentidão dos outros.

A professora em sala de aula da EJA fala que adora sua profissão e que saber que está ajudando as pessoas a conseguir as ferramentas necessárias para mudar sua vida, pois, segundo ela, dá satisfação e sensação de trabalho bem feito. A professora acredita que a educação transforma e dá um novo sentido à vida. Quem “bebe dessa água” vive com sede de mais aprendizado. A professora sabe que existe muitos problemas na sua sala de aula como jovens violentos, mas isso faz parte do “pacote”, uma vez que para ser educador é

necessário mais do que conhecimento, é necessário amor pela profissão e um coração de ferro para enfrentar todos os problemas sem discriminar ninguém. Como afirma Freire (2011)

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujaram a branquitude das orações. (FREIRE, 2011, p.17).

A pedagoga (coordenadora pedagógica) que trabalha diretamente com os educandos problemáticos diz que em seus anos de magistério passou por “poucas e boas”. Que não foi fácil orientar pessoas que já vem de um mundo complicado com regras de condutas voltadas para a violência. Essas pessoas nem sempre a ouviram.

Na realidade, a pedagoga fica triste ao lembrar de como não pode evitar que muitos desistissem de estudar. De acordo com a secretária de educação, se continuar a crescer o índice de abandono na EJA, a modalidade de ensino ficará com os “dias contados”. Por isso, a pedagoga disse que o foco dela seria reduzir o índice de abandono dos alunos da EJA de 22% para 20%. Parece pouco, mas a pedagoga afirma que isso seria um feito, porque a EJA é uma turma complicada que quem cursa essa modalidade sempre vem carregado de alguma história problemática de vitórias e derrotas, possivelmente, mais derrotas que vitórias. Essas pessoas, em grande parte, são gente do povo que enfrenta a dura realidade da vida que muitos nunca enfrentaram em toda a sua vida.

Quando paramos para pensar a respeito da EJA, é fácil refletir que a escola pensa o educando de um jeito totalmente diferente do que ele é. O próprio educando se vê de uma forma diferente. O professor vê esse educando de outra maneira. Esses olhares mostram com clareza que um educando da EJA e um educador da EJA são seres que tentam a todo modo se compreender, e nessa busca por compreensão, aprofundam-se, em certa medida, um no outro, tornando-se numa busca de diversos conhecimentos.

Na perspectiva Paulo Freiriana (2011), o educando aprende, o educador aprende e todos ganham numa troca de conhecimento, e esse conhecimento não pode ser uma soma de conteúdo, mas ser algo libertário, crítico, capaz de modificar a vida daquele que aprende, ultrapassando barreiras e explodindo para todas as dimensões sociais.

Nas minhas observações pude constatar que muitos professores estavam sobrecarregados, e alguns, até doentes por causa da exigência que a profissão de professor impõe. O que chamou minha atenção foi o entusiasmo alguns professores da EJA que, mesmo diante de uma turma tão complexa, não desistem e enfrentam as dificuldades de educar.

Existe um afeto que se alonga com o tempo e com os diálogos em sala de aula. Posso perceber a “amizade ou vínculo” que é criada nessa interação em que todos os sujeitos sabem de seu papel no “teatro” da educação. O que os mantém nessa luta diária, tanto dos professores quanto dos educandos, é fazer a diferença e alcançar os sonhos que, para cada sujeito é são processos únicos. A busca pela realização individual que agrega conhecimento e experiência numa sala que busca imitar a sociedade e com isso ajudar adultos na sua caminhada pela vida, é um dos pontos mais importante da educação, porque aprender os códigos, aprender a ler, ser respeitado é um direito de cada ser vivo que vive em sociedade e que deseja que seus pares os vejam com “bons olhos”.

Concluí que parte dessa busca por essa modalidade da educação de jovens e adultos, é na verdade uma busca por autoafirmação. Uma busca por pertencimento que é notado na satisfação do educador em poder dar arcabouço para esses seres humanos, que foram abandonados pelo poder público e culpabilizados por todas as suas dificuldades de ter acesso à educação. Quando entendemos a história e vemos como funciona por” trás das cortinas” da vida, é tão fácil perceber que o mundo não funciona como um relógio ou com uma “fórmula matemática”, que sempre será aquele resultado da soma de algo. Com isso, o educando busca apenas liberdade para ter acesso a tudo que a nossa sociedade tem a oferecer à pessoa humana. Seria mais do que justo se vivêssemos numa sociedade igualitária e humanista.

Sabemos como a nossa sociedade funciona constitucionalmente, e tudo que podemos fazer é lutar e persistir, tendo sempre em mente que os direitos são adquiridos com o tempo e esses direitos sempre serão vistos com preconceito por alguns. Os professores, em parte, compreendem que vivemos num mundo cruel, uma vez que, nem sempre os preceitos constitucionais são cumpridos. Por isso boa parte que atua na modalidade da EJA sabe que essa modalidade foi um direito adquirido com esforço, suor e luta, e o caráter social é inestimável.

No meu último dia pude ver o afeto entre educando e professores. Nesse dia estava acontecendo um festejo do dia das bandeiras que quase não ocorreria, mas os professores se uniram com os educandos e juntos organizaram o tão sonhado dia do desfile das bandeiras. O evento apresentou cartazes, os costumes de cada país que era representado nas vestes dos que se apresentavam, numa espécie de corredor formado pela presença de todos. Inclusive, a diretora estava apresentando, e cada sala, era representada por uma educanda que desfilava. Com o fim do desfile teve a salva de palmas para os professores e professoras mais queridos da escola ou de sua turma. Todos se abraçavam e o momento era de pura alegria e descontração. Alguns choravam porque sabiam que aquele momento era de despedida e ao mesmo tempo de celebração pelo fim do ano que se avizinhava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos sobre a educação de jovens e adultos e sobre essa pesquisa de trabalho de conclusão de curso que teve como foco: a construção dos sujeitos da EJA, tem-se em mente a forma como nossa sociedade está estruturada, porque estamos descrevendo sujeitos que recebem influências da sociedade e das normas vigentes a respeito da educação.

Com isso, o cenário que vislumbramos é de uma juventude e de um adulto que não sabe ler e escrever e traz consigo elementos de emancipação e subordinação, que está em choque ou em negociação. Nos dias atuais, o jovem e o adulto tem que encarar uma sociedade letrada, e com a evolução quase que em tempo real das tecnologias da comunicação, que aumentar o processo de exclusão do cidadão trabalhador, no que dizem respeito aos seus direitos fundamentais.

O jovem e o adulto já chegam na EJA com uma “bagagem cultural” repleta de experiências de vida, habilidades e conhecimentos de mundo. Os educandos da EJA são pessoas que foram excluídos por diferentes razões: reprovação sucessivas, ter de trabalhar, gravidez na adolescência, idosos que passaram a vida trabalhando, ser mãe solteira, usuários de drogas, dificuldade de aprender ou excluído por escolas com propostas pedagógicas que criam regras específicas e generalistas.

Esses são os sujeitos da EJA em sua grande maioria. A educação lida diretamente com a sociedade e tudo que há de bom ou ruim nela. Existe uma grande discrepância entre o que é vivido na sociedade e o que as propostas oficiais, como por exemplo, o tempo e o espaço da escola adaptados à realidade dos educandos. O perfil dos sujeitos de educação no mundo jovens e adultos deve contemplar uma concepção de ensino a respeito dos sujeitos que desejam ser escolarizados em suas identidades.

O discurso que temos hoje é aquele que transforma as políticas educacionais em uma política neoliberal alinhada com a lógica do mercado econômico. Desta forma, direcionando o educando a uma imagem de “mero produto”, e passando a exigir dele competências cognitivas para atender as demandas sociais emergentes.

Essa pesquisa vem denotar como as políticas educacionais se modificam ao longo da história e como os sujeitos vão se construindo à medida em que passam por todos esses modelos educacionais criados para suprir a necessidade do mercado que, muitas vezes, tem foco no enriquecimento de uma minoria da população. Quando passamos pela história, os sujeitos começam a aparecer e, com isso, temos uma leitura da EJA como ela é, e não como foi desenhada para ser.

O que podemos concluir sobre os sujeitos da EJA é que existem diferentes problemas que necessitam ser ajustados para levar em consideração o educando e o educador que estão diretamente envolvidos no processo educacional. Um desses problemas é justamente o “sistema de pirâmide” que prende o educador em “receitas” enviadas pelo alto escalão educacional. Outro problema seria os problemas sociais que educando enfrenta para concluir seus estudos.

As perspectivas para essa modalidade de ensino, possivelmente, são as piores, porque o governo atual ainda vê a EJA como uma despesa desnecessária, que não serve para nada, uma vez que essa modalidade de ensino educa educandos idosos, adultos e jovens, que, em sua maioria, vem de uma classe social excluída do sistema de ensino.

Nesse contexto, por acreditar numa educação não voltada para o mercado de trabalho, e sim para a construção de um sujeito ou cidadão, que deve busca modificar o mundo em que vive, para que os próximos que irão trilhar os seus passos possam também ter acesso a uma educação de qualidade, este trabalho denuncia, em certa medida, o descaso com a EJA. Em resumo, o governo não deseja cidadãos críticos e ativista políticos, mas pessoas “robotizadas” e superficiais.

Essa temática relacionada à EJA neste estudo realizado não se esgota com essa reflexão, por ser uma modalidade educacional que deve permanecer nos meios educacionais para ficar, e, assim, permanecer com políticas públicas mais sólidas. É preciso que na EJA exista uma educação que contemple a diversidade e a complexidade social; o governo sempre estará fadado a errar se isso não for uma busca contínua.

Concluiu-se que a educação de jovens e adultos é uma modalidade essencial, visto que surgiu da necessidade de um grupo social, historicamente excluído por sua diversidade, complexidade e que não é compreendido pelo poder público na hora da criação das políticas públicas voltadas para a educação que sempre tem um alvo generalista como se todos fossem iguais. Desse modo, os sujeitos que surgiram nesse trabalho de conclusão de curso foram pessoas que lutam e estão diariamente buscando formas de serem ouvidos, porque suas demandas são urgentes no que concerne à educação. Assim, esses sujeitos podem ser pessoas atuantes na sociedade e terem acesso a seus direitos que muitas vezes é negado pela própria ignorância do educando ou daquele que busca a EJA como única forma de alcançar o tão sonhado conhecimento das técnicas de leitura de mundo. Esse ponto é denotado muitas vezes no decorrer do tema pesquisado.

Por isso, é importante que mais pesquisas busquem todo o “enredo” da construção dos sujeitos nas diferentes dimensões da educação nos tempos e nos espaços na EJA, na perspectiva de se respeitar de maneira gradativa o perfil do educando em suas diversas dimensões.

REFERÊNCIAS

- FAZENDA, Ivani C. A. et al. **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2000
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. 2ª impressão da 43ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª edição. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Jose E. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 6ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. p. 108-194, mai/ jun/ ago. 2000
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PPP (**Projeto Político Pedagógico**) da Escola Estadual Professora Hilda de Azevedo Tribuzy, 2016.
- RELATORIO DE OBSERVAÇÃO DO ESTÁGIO III da Escola Estadual Hilda de Azevedo Tribuzy, 2016.
- SAMPAIO, Marisa Narciso; ALMEIDA, Rosilene Souza. **Práticas de educação de jovens e adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.
- SOUZA, Maria Antonia de. **Educação de Jovens e adultos**. 2ª edição revista, atualizada e ampliada. Curitiba: Editora Ibpex, 2011.